



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP  
DELEGAÇÃO REGIONAL DO CENTRO  
CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PINHAL INTERIOR NORTE

# INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.

## CADERNO DE ENCARGOS

Consulta Prévia n.º PR2021442/504 para a aquisição de espaço formativo para formação profissional para o percurso, na modalidade Vida Ativa Qualifica +, de Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade\_P21AFC61

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu



## ÍNDICE

<b>CLÁUSULAS JURÍDICAS</b>	3
<b>Artigo 1.º</b>	3
Objeto	3
<b>Artigo 2.º</b>	3
Prazo de Execução	3
<b>Artigo 3.º</b>	4
<b>Artigo 4.º</b>	4
Preço e Condições de Pagamento	4
<b>Artigo 5.º</b>	4
Cessão da Posição Contratual	4
<b>Artigo 6.º</b>	5
Subcontratação	5
<b>Artigo 7.º</b>	5
Penalidades	5
<b>Artigo 8.º</b>	5
Patentes, Licenças e Marcas Registadas	5
<b>Artigo 9.º</b>	5
Contrato	5
<b>Artigo 10.º</b>	7
Interpretação do Contrato	7
<b>Artigo 11.º</b>	7
<b>Gestor do Contrato</b>	7
<b>Artigo 12.º</b>	7
Despesas	7
<b>Artigo 13.º</b>	7
<b>Artigo 14.º</b>	8
Resolução do contrato	8
<b>Artigo 15.º</b>	8
Casos Fortuitos ou de Força Maior	8
Responsabilidade do Adjudicatário	9
<b>Artigo 18.º</b>	9
Prevalência	9
<b>Artigo 20.º</b>	9
Lei Aplicável	9
<b>Artigo 21.º</b>	9
Foro Competente	9
<b>TERMOS DE REFERÊNCIA</b>	9
<b>PARTE II</b>	10
<b>CLÁUSULAS TÉCNICAS</b>	10
<b>CARACTERÍSTICAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	10
<b>Artigo 22.º</b>	10
Objeto	10
<b>Artigo 23.º</b>	10
Local de Prestação dos Serviços	10
<b>Artigo 24.º</b>	10
Serviços a prestar, enquadramento e âmbito	10
<b>Artigo 25.º</b>	10
<b>Visita às instalações</b>	10

Cofinanciado por:



**PO ISE**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO



**PORTUGAL**  
**2020**



**UNIÃO EUROPEIA**  
Fundo Social Europeu



## PARTE I

### CLÁUSULAS JURÍDICAS

#### Artigo 1.º

##### Objeto

1. O presente caderno de encargos contém as cláusulas do contrato a celebrar que tem por objeto principal a **aquisição de espaço formativo para formação profissional para o percurso, na modalidade Vida Ativa Qualifica +, de Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade\_P21AFC61**, de acordo com os Termos de Referência descritos na parte II do Caderno de Encargos, sendo adoptado o procedimento consulta prévia, que se rege pelas regras estabelecidas no ofício-convite, pelo presente caderno de encargos e pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Dec. Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto.

2. Estando perante uma cedência de utilização de espaços, que inclui serviços conexos (equipamentos, serviços de limpeza, comunicações, água, luz, etc.), configura para a entidade cedente do espaço, um rendimento predial, enquadrado na categoria F – Rendimentos Prediais, conforme o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 8º do CIRS, sujeito a retenção na fonte (salvo isenções devidamente justificadas e fundamentadas na lei) e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) nos termos da alínea c) do n.º 29 do artigo 9º do CIVA à taxa legal em vigor.

3. Pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do procedimento, a entidade competente para a decisão de contratar define o preço base (valor máximo) no valor de 1.650,00€, sem IVA incluído de acordo com o seguinte:

Período	Preço máximo	Enquadramento fiscal
De 13 de setembro a 12 de dezembro de 2021  P21AFC61	5,50€/ hora  300 horas x 5,50€= 1.650,00€	Rendimento predial Valor sujeito a IVA à taxa legal em vigor

#### Artigo 2º

##### Prazo de Execução

1. A ação de formação tem início e fim, em sala, previsto para o período de 13 de setembro a 12 de dezembro de 2021.
2. As datas referidas no ponto 1. deste artigo podem sofrer pequenos ajustamentos.

Cofinanciado por:



**PO ISE**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO



**PORTUGAL**  
**2020**



**UNIÃO EUROPEIA**  
Fundo Social Europeu

3. As ações de formação só serão realizadas havendo o número mínimo de formandos exigidos para o seu arranque.

### **Artigo 3º**

#### **Dados Pessoais**

Os Outorgantes comprometem-se a respeitar o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) em vigor e demais legislação nacional aplicável aos dados pessoais.

### **Artigo 4º**

#### **Preço e Condições de Pagamento**

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante pagará, mensalmente, ao adjudicatário, mediante o serviço efetivamente prestado, até ao limite do preço constante da proposta adjudicada.
2. Para efeitos de pagamento, o adjudicatário deve apresentar à entidade adjudicante a correspondente fatura ou documento equivalente com uma antecedência de 30 dias úteis em relação à data do respetivo vencimento. O pagamento será efetuado mediante conhecimento da situação tributária e contributiva regularizada do adjudicatário
3. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respetiva prestação só se vence nos trinta dias úteis subsequentes à apresentação da correspondente fatura.
4. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida e emissão de nota de crédito.
5. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a fornecer.

### **Artigo 5º**

#### **Cessão da Posição Contratual**

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
3. A entidade adjudicante avalia, designadamente, se o cessionário cumpre os requisitos exigidos ao adjudicatário no procedimento que lhe deu origem.

Cofinanciado por:



**PO ISE**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO



**UNIÃO EUROPEIA**  
Fundo Social Europeu

**Artigo 6º**  
**Subcontratação**

O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para a realização de tarefas relativas ao objecto do contrato, sem prévio consentimento da entidade adjudicante.

**Artigo 7º**  
**Penalidades**

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = \frac{V \times A}{500}, \text{ em que}$$

P = montante da penalidade;

V = valor dos serviços em atraso, respeitante à ação cuja execução não ocorra dentro dos prazos estipulados no cronograma.

A = número de dias em atraso.

**Artigo 8º**  
**Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade contratante venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

**Artigo 9º**  
**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito os seguintes elementos:
  - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c. O caderno de encargos;
  - d. A proposta adjudicada;

Cofinanciado por:



**PO ISE**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO



**UNIÃO EUROPEIA**  
Fundo Social Europeu



- e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem por que vêm enunciados no número anterior.
- 4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros.
- 5. O adjudicatário obriga-se a entregar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de 5 dias após a notificação de adjudicação:
  - a. Declaração emitida conforme modelo constante do **anexo II** do ofício-convite [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111- B/2017 de 31 de agosto];
  - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto [**certidões negativas de dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a Segurança Social** em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou onde se encontrem estabelecidas; **ou comprovativo de autorização concedida ao IEFP, I.P. para a sua consulta** no respetivo endereço eletrónico; e **Certificado de Registo Criminal da entidade e dos representantes a que obriga a entidade**].
  - c. Certidão do registo comercial, onde conste a matrícula e todas as inscrições em vigor, nomeadamente a forma de obrigar ou Estatutos e Ata de Tomada de Posse, caso se trate de outro tipo de entidade que não sociedade comercial;
  - d. Documento que comprove a existência de título de propriedade (ou posse, no caso de aquele ser arrendatário) que legitime a cedência de instalações.
- 6. O adjudicatário obriga-se a entregar toda a documentação necessária para a celebração do contrato, no prazo de 05 dias após a notificação de adjudicação, nomeadamente:
  - a. Apresentação do(s) Bilhete(s) de Identidade(s) / Cartão(ões) de cidadão do outorgante(s) e respetiva(s) morada(s);
  - b. Apresentação do nº de contribuinte ou do cartão de pessoa coletiva, conforme os casos;
  - c. Declaração de delegação de competências para representação do adjudicatário na outorga do contrato, caso se verifique essa necessidade.

Cofinanciado por:



**PO ISE**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu

### **Artigo 10º**

#### **Interpretação do Contrato**

1. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis à execução do contrato, o adjudicatário deve solicitar por escrito um esclarecimento à entidade contratante.
2. O adjudicatário obriga-se a ter em conta, na execução dos serviços, as orientações que lhe forem transmitidas por escrito pela entidade contratante, na medida em que as mesmas não colidam com as regras aplicáveis à execução do contrato.

### **Artigo 11º**

#### **Gestor do Contrato**

Para acompanhar permanentemente a execução do contrato, conforme disposto no art.º 290.º-A do CCP, identifica-se como Gestor do Contrato: Célia Carla da Fonseca Castanheira, responsável interna da ação.

### **Artigo 12º**

#### **Despesas**

1. Todas as despesas derivadas à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.
2. Correm igualmente por conta do adjudicatário todas e quaisquer despesas, nomeadamente as de deslocação e estadia, em que este haja de incorrer em virtude da execução das obrigações que para aquele emergem do presente Caderno de Encargos e do contrato.

### **Artigo 13º**

#### **Incumprimento do contrato**

1. Em caso de atraso do adjudicatário no cumprimento das obrigações que sobre ele impendam, a entidade adjudicante notifica-o para dentro de um prazo de oito dias cumprir a obrigação, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a entidade adjudicante tenha perdido o interesse no cumprimento.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, a entidade adjudicante pode resolver o contrato com fundamento em incumprimento definitivo.
3. A mora constitui o adjudicatário no dever de indemnizar a entidade adjudicante, cujo montante é fixado segundo a gravidade da violação das obrigações assumidas e que estejam em falta, mas em caso algum pode ser superior a 5% do preço contratual.
4. O disposto no presente Artigo não se aplica se a mora se verificar por razões imputáveis ao IEFP, I.P. Neste caso, o adjudicatário poderá propor a resolução do contrato, nas condições a que julgue ter direito.

Cofinanciado por:



**PO ISE**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO



**UNIÃO EUROPEIA**  
Fundo Social Europeu

#### **Artigo 14º**

##### **Resolução do contrato**

1. O incumprimento definitivo do contrato, por fato imputável a uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços ou falta de reposição do bom funcionamento da solução por período superior a 30 dias úteis.
3. A resolução não poderá afetar os serviços objeto do contrato, num prazo não inferior a 30 dias a contar da notificação.

#### **Artigo 15º**

##### **Casos Fortuitos ou de Força Maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

#### **Artigo 16º**

##### **Rescisão do Contrato**

1. A entidade adjudicante poderá rescindir o contrato (total ou parcial) sem o dever de indemnização ao adjudicatário, desde que se verifique alguma das seguintes condições:
  - a) Incumprimento das obrigações dele emergentes, nomeadamente quando não sejam asseguradas as atividades objeto da aquisição de serviços;
  - b) Interrupção dos serviços objeto do contrato, sem autorização prévia da entidade adjudicante;
  - c) Diminuição sensível ou sistemática da qualidade da prestação de serviços;
  - d) Prática de atos dolosos ou negligentes de qualquer natureza;
  - e) Motivos de força maior que inviabilizem o início ou a continuidade da formação.
2. A rescisão não prejudica o pagamento ao adjudicatário dos serviços já prestados em conformidade com o contrato.
3. O adjudicatário poderá igualmente rescindir o presente contrato devendo, para o efeito, observar uma antecedência mínima de 30 dias.

Cofinanciado por:



**PO ISE**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO



**UNIÃO EUROPEIA**  
Fundo Social Europeu



4. O não cumprimento do prazo definido no número anterior poderá implicar o dever de o adjudicatário indemnizar a entidade adjudicante num valor correspondente a 10% do valor do contrato.
5. Excetuam-se do referido nos números anteriores, as situações em que a inobservância das obrigações por parte do adjudicatário resulte de caso fortuito ou de força maior.
6. A rescisão será comunicada à outra parte mediante carta registada com aviso de receção.

#### **Artigo 17º**

##### **Responsabilidade do Adjudicatário**

1. O adjudicatário responde pelos danos que causar à entidade contratante em razão do incumprimento culposos das obrigações que sobre ele impendam, nos termos das disposições seguintes.
2. O adjudicatário responde ainda perante a entidade contratante pelos danos causados pelos actos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato, como se tais actos ou omissões fossem praticados por aquele.

#### **Artigo 18º**

##### **Prevalência**

1. Fazem parte integrante da relação contratual o Caderno de Encargos e a Proposta do Adjudicatário.
2. Em caso de dúvida prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e, em último lugar, a proposta do adjudicatário.

#### **Artigo 19º**

##### **Denúncia do Contrato**

Qualquer das partes poderá denunciar o contrato, mediante aviso prévio em carta registada com aviso de receção, com pelo menos trinta dias úteis de antecedência em relação ao termo do prazo a que respeita.

#### **Artigo 20º**

##### **Lei Aplicável**

O contrato rege-se pela lei portuguesa.

#### **Artigo 21º**

##### **Foro Competente**

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede em Coimbra.

#### **TERMOS DE REFERÊNCIA**

Cofinanciado por:



**PO ISE**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO



**UNIÃO EUROPEIA**  
Fundo Social Europeu



## PARTE II

### CLÁUSULAS TÉCNICAS

#### CARACTERÍSTICAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

##### Artigo 22º

###### Objeto

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de espaço formativo para formação profissional para o percurso, na modalidade Vida Ativa Qualifica +, de Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade\_P21AFC61.

##### Artigo 23º

###### Local de Prestação dos Serviços

Os serviços deverão ser prestados nas instalações do adjudicatário, na área geográfica de Oliveira do Hospital.

##### Artigo 24º

###### Serviços a prestar, enquadramento e âmbito

**Período de cedência:** de 13 de setembro a 12 de dezembro de 2021.

**Descrição das instalações:** uma sala com quadro branco e acesso a instalações sanitárias.

**Despesas de manutenção:** estarão incluídas as despesas de manutenção dos equipamentos, água, energia elétrica, acesso à internet e higienização bi-diária do espaço formativo.

**Descrição dos equipamentos a disponibilizar nas instalações:**

- . 1 quadro branco;
- . 1 videoprojetor;
- . 15 mesas para formador e formandos;

**Pagamento:** Para efeitos de pagamento serão considerados as horas efetivas de utilização.

##### Artigo 25º

###### Visita às instalações

A entidade adjudicante reserva o direito de visitar os locais propostos, para verificar das condições exigidas no presente Caderno de Encargos.

Cofinanciado por:



**PO ISE**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu